

PANORAMA DO SINDICALISMO NO BRASIL

Autores: DANIEL PINHEIRO DE FIGUEIREDO, JANIKELLE BESSA OLIVEIRA, LEONARDO PRATES MORAIS, SABRINA CESAR IRENO, PABLO ALVES COSTA, ANTÔNIO GONÇALVES MACIEL

PANORAMA DO SINDICALISMO NO BRASIL

Introdução

O presente trabalho abordará o sindicalismo no Brasil e seu importante papel na democratização do Estado brasileiro em fase do desmonte das instituições democráticas. É importante salientar que a motivação em escrever este resumo foi o Programa Permanente de Interação dos acadêmicos da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) com os Movimentos Sociais (PPI-MS), pois, o mesmo nos possibilitou conhecer a realidade dos sindicatos de Montes Claros e do Norte de Minas Gerais através da aplicação de formulário e diálogo estabelecido com seus dirigentes, bem como o acesso a vasta literatura estudada em reuniões semanais. Este trabalho analisou a história geral do sindicato desde a sua origem em meados da Revolução Industrial com foco nos dias atuais.

Conforme o Jornal O Globo de 29/04/2013, existem mais de 15.000 sindicatos, das mais diversas categorias e segmentos, que defendem a importância de fortalecer os sindicatos para defender a classe trabalhadora. Anterior ao surgimento do sindicato no séc. XVIII, já existiam outras formas de união entre trabalhadores de um mesmo setor ou segmento. As sociedades de socorro e auxílio tinham por objetivo o seguro associativo surgindo a partir da ideia de ajuda mútua/mutualismo, que é uma forma de cooperação recíproca para alcançar os objetivos de um grupo. Marcel Van der Linden (1996, p.13) as definiu como “associações formadas voluntariamente com o objetivo de prover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade”, bem como prestar assistência aos trabalhadores e suas famílias em momentos de dificuldades.

Materiais e Métodos

Baseado em revisões bibliográficas, tais como artigos de revistas acadêmicas, jornais, pesquisas em sites, e literaturas de autores renomados como Luigi Biondi em “As Sociedades Italianas do Socorro Mútuo”, (2012), István Mészáros, em “Para Além do Capital”, (2002), dentre outros, analisamos como o sindicato representa o trabalhador em detrimento às categorias do trabalho junto às empresas estatais e/ou privadas.

Resultados e Discussões

Em pleno avanço da **Revolução Industrial** e do desenvolvimento do **capitalismo**, um contingente enorme de trabalhadores foi expulso do campo e dos seus antigos empregos, para assim formar uma nova classe social: o **proletariado**.

No século XIX, as fábricas representavam um local terrível para os trabalhadores, visto que estes sujeitos passavam a maior parte do seu tempo cumprindo uma jornada de trabalho entre 14 e 16 horas diária, por um salário que não favoreciam uma vida digna a sua família. Vale também ressaltar que as condições de trabalho eram insalubres, com frequente ocorrência de acidentes, doenças respiratórias, epidêmicas e outras situações de risco. Além disso, era comum a aplicação de medidas disciplinares físicas, tais como açoites, por não produzir o que era recomendado aos trabalhadores, ademais era bem comum o trabalho infantil nas fábricas.

É neste ambiente que surgem os sindicatos, incitados pelos próprios trabalhadores que viviam em condições precárias e tinham o objetivo maior de conquistar melhores condições de trabalho, salários dignos e descanso. Em seu início, nas últimas décadas do século XIX, os sindicatos não foram aceitos sofrendo todo o tipo de ataques, repressão e, tinham suas atividades coibidas e levadas a ilegalidade em boa parte dos países europeus. Com o transcorrer da história, os sindicatos foram se tornando uma instituição, ganhando espaço e sendo grande interlocutor nas negociações e diálogo entre empresas e seus empregados.

Por outro lado, caminhou para uma burocratização, tornando um ambiente propício para a cooptação de seus dirigentes e, conseqüentemente, fugindo das bases pelos quais foram criados, caracterizando os chamados sindicatos pelegos. Assim sendo, alguns líderes deixam de representar os interesses de lutas de suas categorias usando o sindicato para proteger seus próprios interesses, os do Estado, os de partidos políticos e, por vezes, até mesmo de seus empregadores.

No decorrer da história percebemos que a principal arma de luta do sindicalismo tem sido a [greve](#), ou seja, o paralisar temporário das atividades que o trabalho exige, no intuito de mostrar ao empregador a importância que seu empregado tem para a produção da empresa e/ou da produção de riquezas em geral, e para o funcionamento da sociedade. A greve é uma arma utilizada para pressionar e há inúmeros avanços no decorrer da história, ou seja, uma série de conquistas na esfera trabalhista das quais desfrutamos ainda hoje.

O Sindicato exerce um papel fundamental no processo de transformação social e é alvo de muitos debates dos movimentos socialistas em todo o mundo. Para alguns, o sindicato tem seus limites e está fadado a conquistas pontuais quando não alinhado com uma organização maior, como um partido, que direcione suas ações. Já os defensores do sindicalismo revolucionário, defendem a importância central dos sindicatos e pregam a ação direta – como as greves e as sabotagens – para a transformação radical da sociedade rumo a ruptura com o Estado e o capitalismo. Assim sendo,

O sindicato é a verdadeira alternativa para o Estado autoritário. O sindicato é nossa ‘sociedade’ moderna, a única sociedade verdadeira, ocupa-se do homem integral e incorporou as possibilidades tanto de liberdade como de segurança essencial à dignidade humana. A grande companhia e o sindicato amalgamar-se-ão oportunamente em condomínio deixando de ser a família dividida. Somente assim poderá a identificação comum voltar a reinar sobre as vidas humanas e outorgar a cada indivíduo os direitos e as obrigações admitidas por todos. (TANNENBAUM, 1951, p.166).

Estas afirmações nos parecem ingênuas ou utópicas para o contexto em que vivemos atualmente. Entretanto, faziam muito sentido no período em que elas foram escritas. A proposta de Tannenbaum (1951) deixa visível o valor que o sindicato possui e sua capacidade de articulação e intervenção é muito abrangente. Apesar de perceber que o sindicato abarca boa parte das relações de trabalho e este leva ao desenvolvimento econômico, social e político no século passado e em nosso século, é certo que o sindicalismo contribuiu para estes avanços, contudo pensar na união entre sindicato e empresa seria um sonho.

Com o processo de [redemocratização](#), na década de 1980, surge o chamado novo sindicalismo, resultado das grandes mobilizações na região do ABC paulista.

O “novo sindicalismo” se caracterizaria, assim, por dedicação prioritária às reivindicações imediatas da classe, ainda que com impactos no campo político (daí o surgimento do próprio PT). [...] O discurso deste “novo sindicalismo” com relação a patrões, Estado e legislação se caracterizaria pela radicalização que explicitava, no caso dos patrões, o combate à intransigência dos empresários e as agruras e os sofrimentos no interior fabril; e no caso do Estado e das leis, trazia à tona as desconfiças em um Estado autoritário [...] Esta postura, discursiva e prática [...] auxiliaram no forjar de uma nova identidade, tendo como alicerces o passado e o presente. (SANTANA, 1999⁹, p. 109)



Este processo vem trazer para o cenário político-econômico novos atores, dentre os quais um novo sindicato, ampliando e dando voz aos trabalhadores e trabalhadoras negros e negras, dando voz as mulheres, os LGBTs, aos usuários de drogas, entre outros, no cenário político. Contudo, ao mesmo tempo em que entram estes novos interlocutores há também o contraditório a estes que é o avanço do capital. Em meio a sua crise entendemos que o seu caráter estrutural se apresenta tanto em nível do processo de mundialização que lhe acompanha, como pelo fato desta atingir as dimensões produtiva e reprodutiva da vida humana. Para atingir a finalidade da restauração e da saída emergencial da crise, o capital conta com o implícito apoio do Estado na conduta de seu projeto, sendo o neoliberalismo um instrumento ao qual o Estado e o capital recorrem para o atendimento das necessidades de mercado. Deste modo,

O debate subjacente as lutas e reivindicações coloca em pauta não somente o problema da articulação entre vida familiar e vida profissional (questionando de algum modo a divisão tradicional do trabalho), mas discute também mais globalmente a organização social da vida cotidiana (instalações para uso coletivo, como creches por exemplo) e descompartmenta os problemas de ordem privada para transformá-los em questões públicas, coletivas, a serem tratadas enquanto tais, na arena política e sindical (contracepção, aborto, creches) (Kartchevsky- Bulport 1986, p.15)

É importante ressaltar a necessidade da organização coletiva entre todos os setores da divisão sócio técnica do trabalho, ou seja, de todas as categorias sindicais e dos novos agentes políticos do cenário social e toda a classe trabalhadora para fazer a luta contra o desmonte da constituição de 1988 e também por uma pauta mais geral. Assim como em outros momentos da história essa união resultou em conquistas e avanços. É de total urgência fomentar em meio aos sindicatos e trabalhadores deste país, que a união gera poder em face a perda dos direitos sociais e trabalhistas adquiridos ao longo da história através da luta coletiva e popular pelo capital e referendado pelo Estado e que agora estão em cheque devido à Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência encaminhadas ao Congresso Nacional pelo então Excl. Sr. Presidente Michel Temer.

Como atesta Mészáros (2009, p.54): “A tendência objetiva inerente à natureza do capital [...] abala e torna anacrônica a subordinação sócio estrutural do trabalho ao capital”, de modo que os limites postos pela crise estrutural, ao impulsionar processos que destituem direitos, contrariam as reformas sociais, aumentam as formas e os níveis da exploração da força de trabalho e deslegitimam conquistas anteriormente alcançadas e também evidenciam os limites da igualdade formal em uma sociabilidade cujas configurações dos direitos, ainda que sob forte pressão da classe trabalhadora e suas frações, é sempre capitaneada pelo poder de decisão da classe que decide.

E em meio a este processo de desumanização que homens e mulheres, sindicatos, e toda a classe trabalhadora desenvolvem capacidades de valorização política, com a sociabilidade e o reconhecimento de uma reciprocidade social, a partir da reconhecimento no outro da sua condição humana; da liberdade de, diante da realidade, formular saídas criativas, e este é o terreno que hoje os sindicatos e o sindicalismo no Brasil têm enfrentado. Diante deste terrível quadro percebemos que a saída para este desmonte das conquistas feitas a custo de luta e sangue é vencer esta ordem econômica posta, e romper de vez com o capitalismo e sua estrutura, pois, assim sendo, teremos a oportunidade de construir uma nova história onde os direitos são respeitados e a sociedade seja equânime e fraterna.

Considerações Finais

O tema estudado, “O Panorama do Sindicalismo no Brasil” traçou o histórico do sindicalismo desde as suas origens na Europa, marcado pelos conflitos oriundos da Revolução Industrial da classe trabalhadora visando melhores condições de trabalho, desde seu ambiente físico até a redução da jornada de trabalho evidenciando como ferramenta principal o uso da força das greves.

Neste cenário os sindicatos de Montes Claros e região adentram o século XXI como protagonistas influenciando e participando ativamente das decisões democráticas no Estado brasileiro não somente na esfera trabalhista, mas também política, como vimos nas manifestações nas ruas em 2016 e 2017 lutando a favor da classe trabalhadora em defesa de seus direitos.

Portanto, o sindicato tem se revelado um agente de transformação social, logrando êxito e conquistas mesmo diante um cenário político adverso e contraditório.

Agradecimentos

Ao Programa Permanente de Interação Universidade e os Movimentos Sociais, PPI-MS; à Pró Reitoria de Extensão e Departamento de Política e Ciências Sociais.

Referências Bibliográficas

- BIONDI, Luigi. Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mutuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. Tempo. Vol. 16, n.33. Julio-diciembre. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.
- KARTCHEVSKY-BULPORT, André. Trabalho feminino trabalho e movimentos feministas: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. IN: KARTCHEVSKY-BULPORT, André. O sexo do trabalho. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1986. (Coleção mulheres em movimento, vol. 1).
- LINDEN, Marcel van der (ed.). Social security mutualism. The comparative history of Mutual Benefit Societies. Bern: Lang, 1996.
- MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo, Boitempo editorial, 2002.
- _____. A crise estrutural do capital. São Paulo, Boitempo editorial, 2009.
- O Globo <https://oglobo.globo.com/economia/com-mais-de-250-novos-sindicatos-por-ano-brasil-ja-tem-mais-de-15-mil-entidades-8237463>. Acessado em 08/10/2017
- OLIVEIRA, Lidiane Souza de. Crise do capital, limites à igualdade substantiva e os desafios para as lutas feministas no Brasil. Revista Universidade e Sociedade. Brasília, - Ano XXVI Nº 58 – junho de 2016.
- SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical Brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 14, n. 41. 1999a.
- STEIN, L. Sindicato, globalização e representação: velhos e novos paradigmas. 2v. 2008. Tese (Livre-docência em Sociologia) -Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008
- TANNENBAUM, F. A filosofia do trabalho. Rio de Janeiro: JH Cunha, 1951.